

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DO TESOURO**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
1º QUADRIMESTRE DE 2020**

Brasília - DF
Maio / 2020

ÍNDICE GERAL

1	INTRODUÇÃO	3
2	RECEITAS.....	3
2.1	Receitas Correntes	4
2.1.1	Receitas Tributárias	5
2.1.2	Transferências Correntes.....	6
2.2	Receitas de Capital	7
3	DESPESAS	8
4	RESULTADO PRIMÁRIO	9
5	MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS.....	10
5.1	Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	10
5.2	Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	11
6	LIMITES DA LRF	12
6.1	Despesa de Pessoal.....	12
6.2	Dívida Pública	13
6.3	Operações de Crédito.....	14
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14

1 INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal até o 1º quadrimestre de 2020, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o orçamento fiscal e da seguridade social no mesmo período, em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF. Os números aqui apresentados, pela relevância e de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, que são publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo de 30 dias após o encerramento do período, de acordo com o estabelecido no caput do art. 52 e § 2º do art. 55 da LRF.

Os dados ora apresentados excluem os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF destinados às áreas de saúde, educação e aos órgãos de segurança, por não transitarem pelo orçamento fiscal e de seguridade social do Distrito Federal.

Cabe destacar que, em razão do Decreto Legislativo nº 2.284 de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ficou dispensado o atingimento das metas fiscais.

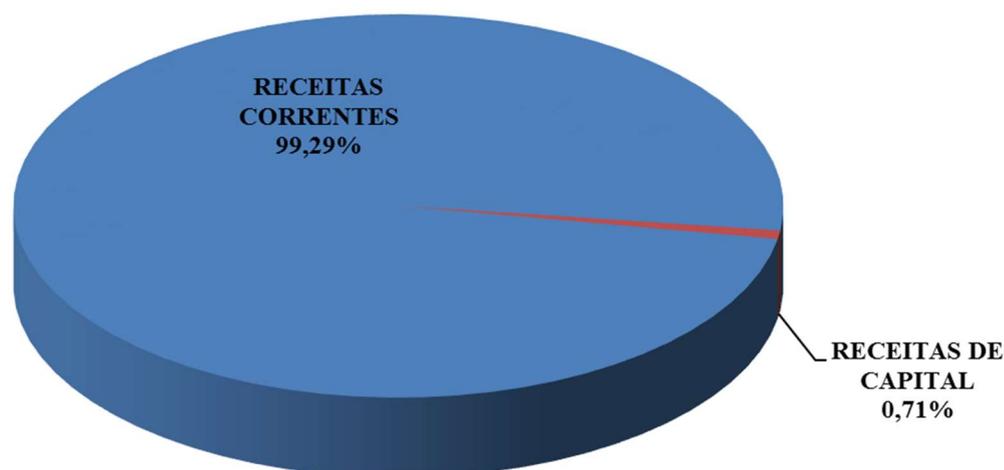
2 RECEITAS

As receitas (exceto intra-orçamentárias) realizadas até o 1º quadrimestre do ano de 2020, nelas compreendidas as receitas correntes e de capital, totalizaram R\$ 7,8 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 5,78% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 32,47% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2020. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 5,7 bilhões e R\$ 937,3 milhões, respectivamente, conforme demonstrado no quadro, a seguir.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2020	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			VARIÇÃO NOMINAL 2020/2019(%)
		2020	REALIZADO (%)	2019	
Receitas Correntes	23.061.958	7.757.782	33,64	7.351.054	5,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.444.344	5.709.186	32,73	5.360.022	6,51
Receita de Contribuições	1.536.927	460.439	29,96	479.540	-3,98
Receita Patrimonial	576.384	281.903	48,91	138.646	103,33
Receita Agropecuária	26	1	2,77	7	-89,87
Receita Industrial	4.258	896	21,05	3.782	-76,30
Receita de Serviços	465.500	145.967	31,36	180.740	-19,24
Transferências Correntes	2.284.433	937.272	41,03	708.960	32,20
Outras Receitas Correntes	750.086	222.118	29,61	479.356	-53,66
Receitas de Capital	1.003.567	55.732	5,55	35.642	56,37
Operações de Crédito	512.702	8.811	1,72	14.470	-39,11
Alienação de Bens	88.976	3.201	3,60	6.007	-46,72
Amortizações	19.570	5.456	27,88	2.975	83,41
Transferências de Capital	362.319	36.912	10,19	9.702	280,46
Outras Receitas de Capital	20.000	1.352	6,76	2.488	-45,66
Receitas	24.065.525	7.813.514	32,47	7.386.696	5,78

FONTE: RREO 2º BIM/20

O gráfico, a seguir, demonstra a participação percentual das receitas realizadas em 2020, por categoria econômica.



2.1 Receitas Correntes

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras.

Foram realizados, nesta categoria, R\$ 7,8 bilhões, representando 33,64% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 5,53% em relação ao ano anterior.

2.1.1 Receitas Tributárias

As receitas tributárias, principal item das receitas do Distrito Federal, totalizaram R\$ 5,7 bilhões em 2020, com aumento nominal de 6,51% na arrecadação em relação ao realizado no ano anterior. Isso corresponde a 73,07% do total da receita.

RECEITA DE IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA					Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2020	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			VARIÇÃO NOMINAL 2020/2019 (%)
		2020	REALIZADO (%)	2019	
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.444.344	5.709.186	32,73	5.360.022	6,51
ICMS	8.733.254	2.806.724	32,14	2.607.875	7,62
IPVA	1.173.959	872.526	74,32	825.673	5,67
ITCD	149.720	36.298	24,24	41.581	-12,70
IPTU	1.104.481	147.342	13,34	105.758	39,32
ISS	2.099.459	621.684	29,61	618.786	0,47
ITBI	370.101	125.378	33,88	118.765	5,57
IRRF	3.409.156	983.667	28,85	899.943	9,30
Outros Impostos	2.840	1.447	50,96	49.205	-97,06
Taxas	401.374	114.119	28,43	92.437	23,46

FONTE: RREO 2º BIM/20 e RGF 1º QUAD/20

Dentre as receitas dos impostos, o ICMS, principal tributo distrital, que equivale a 49,16% da receita tributária realizada, apresentou arrecadação de R\$ 2,8 bilhões, com uma realização de 32,14% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 7,62% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

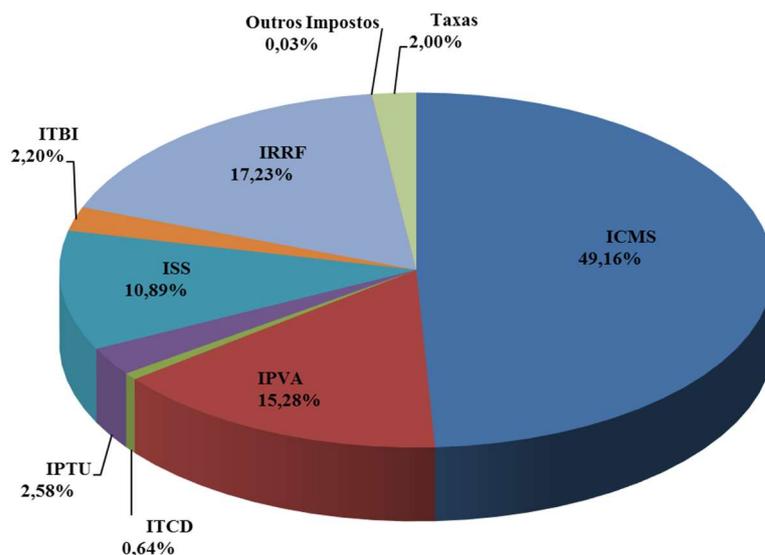
O Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF apresentou um acréscimo nominal de 9,30% em relação ao ano anterior, com uma arrecadação total de R\$ 983,7 milhões em 2020.

O ISS apresentou uma variação nominal de 0,47% se comparado com o realizado no exercício anterior, sendo arrecadados R\$ 621,7 milhões, com uma realização de 29,61% da receita prevista para o exercício.

O IPVA alcançou um montante de R\$ 872,5 milhões, superior em 5,67% em relação ao valor realizado no ano de 2019. A participação do IPVA no total das receitas dos impostos realizadas em 2020 foi de 15,28%, tendo sido realizado 74,32% do previsto para o ano.

Com relação ao IPTU, a realização somou R\$ 147,3 milhões, representando um acréscimo de 39,32% em relação ao exercício de 2019, com uma realização de 13,34% do valor previsto.

O gráfico, a seguir, destaca a participação percentual das receitas dos impostos realizadas no ano de 2020.



2.1.2 Transferências Correntes

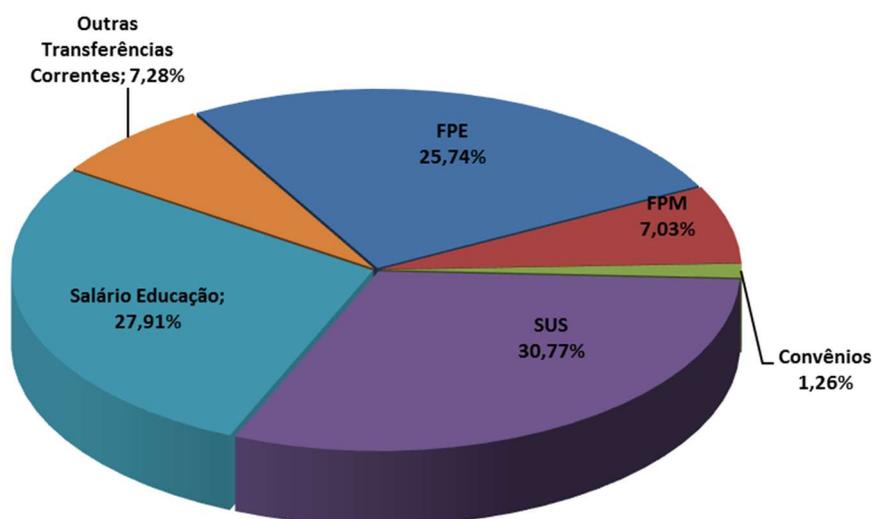
As transferências correntes, compostas pelas transferências constitucionais e legais da União para o Distrito Federal, totalizaram R\$ 937,3 milhões em 2020, já deduzidas as receitas para a formação do FUNDEB (R\$ 630,4 milhões), representando 12,00% do total de receitas realizadas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2020	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2020/2019 (%)	
		2020	REALIZADO (%)	2019		
Transferências Correntes	2.284.433	937.272	41,03	708.960	32,20	
FPE	689.590	241.285	34,99	239.906	0,57	
FPM	195.657	65.877	33,67	63.266	4,13	
Convênios	62.561	11.840	18,93	3.492	239,05	
SUS	740.272	288.356	38,95	216.415	33,24	
Salário Educação	438.175	261.635	59,71	159.014	64,54	
Outras Transferências Correntes	158.179	698.659	441,69	753.533	-7,28	
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	-	630.380	-	726.667	-13,25	

FONTE: RREO 2º BIM/20 e RGF 1º QUAD/20

As transferências de recursos do SUS responderam por 30,77% do total das transferências correntes, sendo realizados 38,95% do previsto. Em seguida, destacam-se as receitas do Salário Educação que representaram 27,91% do total e cujo percentual de realização atingiu 59,71% do previsto para o exercício. Outro item significativo foi o Fundo de Participação dos Estados - FPE que contribuiu com 25,74% do total realizado das transferências correntes e atingiu uma realização de 34,99% do previsto para o ano.

O gráfico, a seguir, destaca a participação percentual das transferências correntes realizadas no ano de 2020:



2.2 Receitas de Capital

As receitas de capital atingiram o valor de R\$ 55,7 milhões e contemplaram os ingressos referentes às operações de crédito - R\$ 8,8 milhões, alienação de bens - R\$ 3,2 milhões, amortizações de empréstimos - R\$ 5,5 milhões, transferências de capital - R\$ 36,9 milhões e outras receitas de capital - R\$ 1,3 milhões, que são receitas decorrentes de depósitos judiciais com base na Lei Complementar Federal nº 151/2015.

A tabela abaixo demonstra a variação nominal das receitas de capital em relação ao mesmo período do ano anterior bem como o percentual de realização em relação ao total previsto para o ano:

RECEITAS DE CAPITAL						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2020	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL				VARIÇÃO NOMINAL 2020/2019 (%)
		2020	REALIZADO (%)	2019		
Receitas de Capital	1.003.567	55.732	5,55	35.642	56,37	
Operações de Crédito	512.702	8.811	1,72	14.470	-39,11	
Internas	463.905	8.811	1,90	14.470	-39,11	
Externas	48.797	-	-	-	0,00	
Alienação de Bens	88.976	3.201	3,60	6.007	-46,72	
Amortizações	19.570	5.456	27,88	2.975	83,41	
Transferências de Capital	362.319	36.912	10,19	9.702	280,46	
Outras Receitas de Capital	20.000	1.352	6,76	2.488	-45,66	

FONTE: RREO 2º BIM/20 e RGF 1º QUAD/20

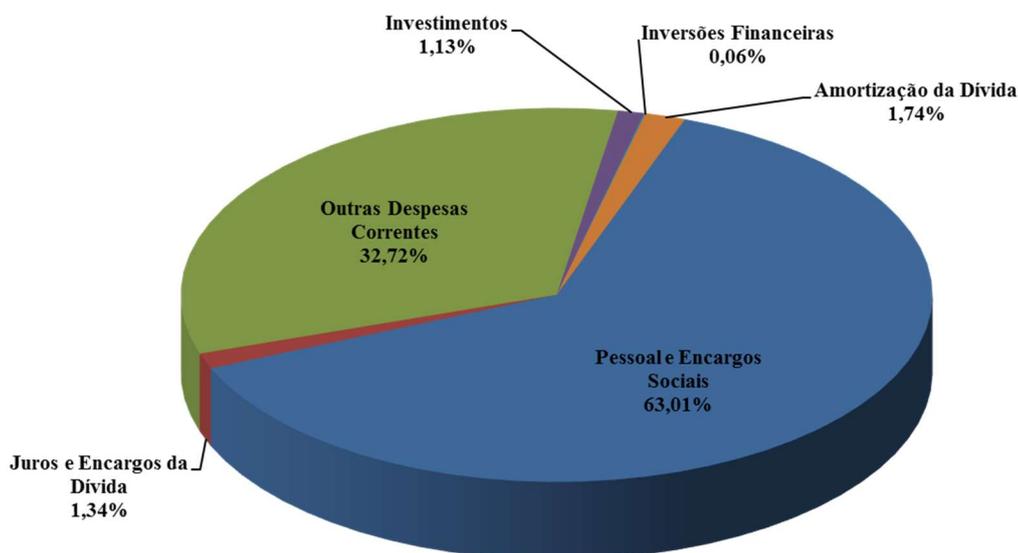
3 DESPESAS

As despesas liquidadas (exceto intra-orçamentárias) em 2020 totalizaram R\$ 6,7 bilhões, correspondendo a 26,11% da dotação autorizada para o exercício. Observa-se um acréscimo da despesa total liquidada em termos nominais de 19,24%, se comparado ao exercício anterior.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA 2020	DESPESA LIQUIDADADA - JANEIRO A ABRIL			VARIACÃO 2020/2019 (%)
		2020	REALIZADO (%)	2019	
Despesas Correntes	22.299.421	6.474.136	29,03%	5.449.168	18,81
Pessoal e Encargos Sociais	13.364.309	4.202.423	31,45%	3.716.723	13,07
Juros e Encargos da Dívida	301.385	89.364	29,65%	91.996	-2,86
Outras Despesas Correntes	8.633.726	2.182.348	25,28%	1.640.448	33,03
Despesas de Capital	2.565.914	195.778	7,63%	144.530	35,46
Investimentos	2.180.805	75.558	3,46%	58.143	29,95
Inversões Financeiras	35.018	4.187	11,96%	4.018	4,20
Amortização da Dívida	350.092	116.033	33,14%	82.368	40,87
Reserva de Contingência	675.516	-	0,00%	-	-
Despesas	25.540.851	6.669.914	26,11%	5.593.697	19,24

FONTE: RREO 2º BIM/20

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 63,01% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 32,72%, Investimentos e Inversões Financeiras com 1,20% e Serviço da Dívida (Juros mais Amortizações) com 3,08%, conforme evidenciado no gráfico, a seguir.



As despesas correntes, categoria econômica que contém o registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental, totalizaram R\$ 6,5 bilhões, representando uma realização de 29,03% do valor fixado para o ano. Nessa categoria, as despesas com pessoal e

encargos sociais somaram R\$ 4,2 bilhões, correspondendo a 31,45% da previsão anual e apresentando um acréscimo de 13,07% em relação ao mesmo período de 2019.

Os juros e encargos da dívida somaram R\$ 89,4 milhões, correspondendo a 29,65% da previsão anual.

As outras despesas correntes que, em sua maioria, contemplam os gastos relativos à manutenção administrativa do Estado, totalizaram R\$ 2,2 bilhões, correspondentes a 25,28% do valor fixado para o ano.

No caso das despesas de capital, que são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, foram executados R\$ 195,8 milhões em 2020. Desse montante, R\$ 75,6 milhões se referem a investimentos, R\$ 116,0 milhões foram destinados à amortização da dívida e R\$ 4,2 milhões são decorrentes de inversões financeiras.

4 **RESULTADO PRIMÁRIO**

O resultado primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Por meio dele, demonstra-se o grau de autonomia do ente federado para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos de parte de suas despesas correntes (pessoal e custeio) e de parte das suas despesas de capital (investimentos) e, ainda, gerar poupança para atender ao serviço da dívida. O resultado primário foi de R\$ 288,2 milhões positivo, acima da meta anual estabelecida para 2020 na LDO/2019 (deficitária em R\$ 350,1 milhões).

RESULTADO PRIMÁRIO			Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL		
	2020	2019	VARIAÇÃO NOMINAL 2020/2019 (%)
Receitas Primárias Correntes	7.541.557	7.206.589	4,65
Receitas Primárias de Capital	41.465	18.197	127,87
Receita Primária Total	7.583.022	7.224.786	4,96
Despesas Primárias Correntes	7.087.378	6.751.119	4,98
Despesas Primárias de Capital	207.468	159.166	30,35
Despesa Primária Total	7.294.846	6.910.285	5,57
Resultado Primário	288.176	314.500	-8,37

FONTE: RREO 2º BIM/20

5 MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988 prevê a aplicação mínima de recursos em ações e em serviços públicos de saúde, bem como em educação. Esses mínimos estão dispostos nos artigos 198 e 212 da Carta Magna.

5.1 Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE as relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção do ensino, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

No exercício de 2020, as despesas liquidadas com MDE totalizaram R\$ 1,4 bilhão, o que representou 23,70% da receita líquida de impostos e transferências, ficando esse indicador abaixo do limite mínimo constitucional de 25,00%. Cabe destacar que o valor considerado para apuração desse mínimo é o verificado ao final do ano, quando são consideradas as despesas empenhadas.

APURAÇÃO DO LIMITE DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)			
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL		
	2020	2019	LIMITE MÍNIMO
	Total da Receita Compatível em MDE	5.903.569	5.573.016
Limite Mínimo de Aplicação em MDE	1.475.892	1.393.254	
Despesa Realizada em MDE	1.399.259	921.778	
% Aplicado no MDE	23,70%	16,54%	

FONTE: RREO 2º BIM/20

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2020, as despesas realizadas ficaram R\$ 95,5 milhões abaixo do limite mínimo de aplicação de R\$ 804,9 milhões. Cabe lembrar que, também nesse caso, a verificação do cumprimento legal ocorre ao final do ano. O percentual aplicado no pagamento de profissionais do magistério da educação básica atingiu 85,38%, superando o limite mínimo estabelecido de 60%, conforme demonstrado no quadro, a seguir:

LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB		Em R\$ mil	
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2020	2019	
Limite Mínimo de Aplicação no FUNDEB	804.887	756.335	
Despesas Realizadas com Recursos do FUNDEB	709.366	705.059	
Resultado Apurado no FUNDEB	-95.521	-51.277	
Limite Mínimo de Aplicação no Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica (60% da Receita Mínima de Aplicação no FUNDEB)	482.932	453.801	
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	687.251	691.230	
% Aplicado no Pagamento de Profissionais da Educação Básica X Receita Mínima de Aplicação no FUNDEB (Mínimo Legal - 60%)	85,38%	91,39%	

FONTE: RREO 2º BIM/20

5.2 Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na função 28 – Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

O quadro abaixo demonstra que, em 2020, foi destinado às despesas com saúde, para efeito de cumprimento do mínimo, o montante de R\$ 858,6 milhões, correspondendo a um superávit de R\$ 87,4 milhões em relação aos percentuais mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000				Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A ABRIL			
	2020	2019	VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018 (%)	
I - Receita - Base de Cálculo Estadual - B.E.	3.803.472	3.551.616	7,09	
II - Receita - Base de Cálculo Municipal - B.M.	2.098.650	1.972.195	6,41	
III - Recursos Mínimos a Aplicar (12% da B.E. + 15% da B.M.)	771.214	722.023	6,81	
IV - Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde	858.617	702.602	22,21	
V - Superávit - (IV - III)	87.403	-19.421	-550,04	

FONTE: RREO 2º BIM/20

6 LIMITES DA LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estipulou limites para alguns indicadores de maior relevância. A verificação desses limites ocorre no Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente.

6.1 Despesa de Pessoal

A despesa bruta de pessoal do Poder Executivo, que sempre se apresenta como a mais significativa no conjunto das despesas, elevou-se em R\$ 2,2 bilhões no ano de 2020 quando comparado com o mesmo período do ano anterior (aumento nominal de 8,18%). Resultado que reflete o crescimento dos gastos com a folha de pagamentos. Nesse caso, destaca-se o aumento nominal superior a 15,00% nos gastos com inativos e com pensionistas frente ao crescimento nominal de 4,18% com pessoal ativo.

DESPESA BRUTA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	1º QUAD/2020	1º QUAD/2019	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
	RS Mil	RS Mil	RS Mil	(%)
Despesa Bruta	28.441.037	26.289.719	2.151.318	8,18%
Ativo	17.712.115	17.001.209	710.907	4,18%
Inativo	9.122.818	7.892.248	1.230.570	15,59%
Pensionista	1.606.104	1.396.262	209.842	15,03%

FONTE: RGF 1º QUAD/20

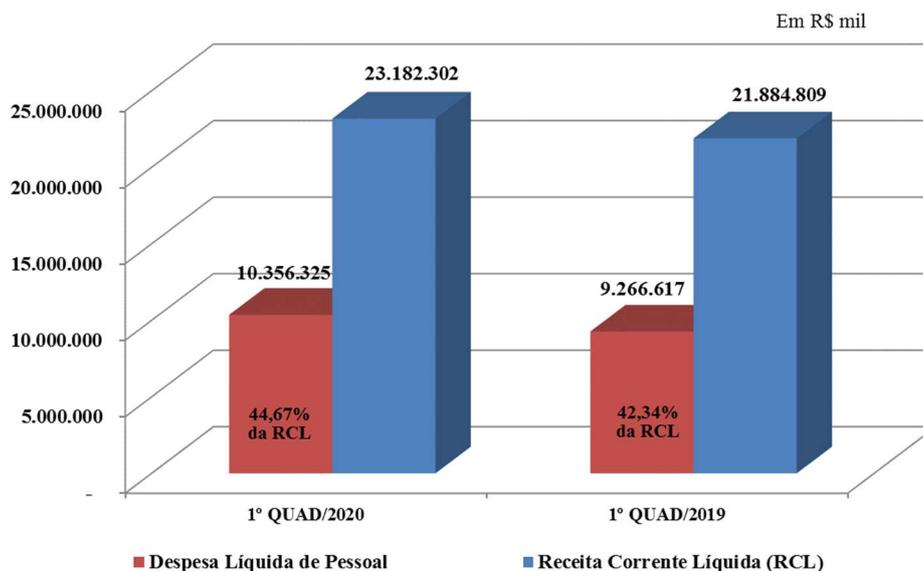
Já a despesa líquida de pessoal¹ apresentou elevação de R\$ 1,1 bilhão, enquanto a receita corrente líquida apresentou crescimento de R\$ 1,3 bilhão no período. A relação final apurada resultou no índice de pessoal de 44,67%. Ultrapassando, dessa forma, o limite de alerta de 44,10%, mas mantendo-se abaixo do limite prudencial de 46,55% estabelecidos pela LRF.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	1º QUAD/2020		1º QUAD/2019	
	RS Mil	% sobre a RCL	RS Mil	% sobre a RCL
Despesa Total com Pessoal para Fins de Apuração do Limite - DTP	10.356.325	44,67	9.266.617	42,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	11.359.328	49,00	10.723.557	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.791.361	46,55	10.187.379	46,55
Limite de Alerta (inciso II do § 1º, art. 59 da LRF)	10.223.395	44,10	9.651.201	44,10

FONTE: RGF 1º QUAD/20

O gráfico, a seguir, compara a despesa líquida de pessoal em relação à receita corrente líquida verificada no ano de 2020 e no ano de 2019:

¹ Calculada pela dedução da despesa bruta de pessoal dos seguintes itens: indenizações de PDV; indenizações por exoneração e demissão; indenizações e restituições pessoais; abono de permanência; abono pecuniário de férias; licença prêmio em pecúnia; despesas de exercícios anteriores; sentenças judiciais; despesas com pessoal custeadas por recursos do Fundo Constitucional do DF no SIAFI; inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados; pensionistas custeados com recursos não vinculados (Decisão TCDF nº 1.905/2013).



6.2 Dívida Pública

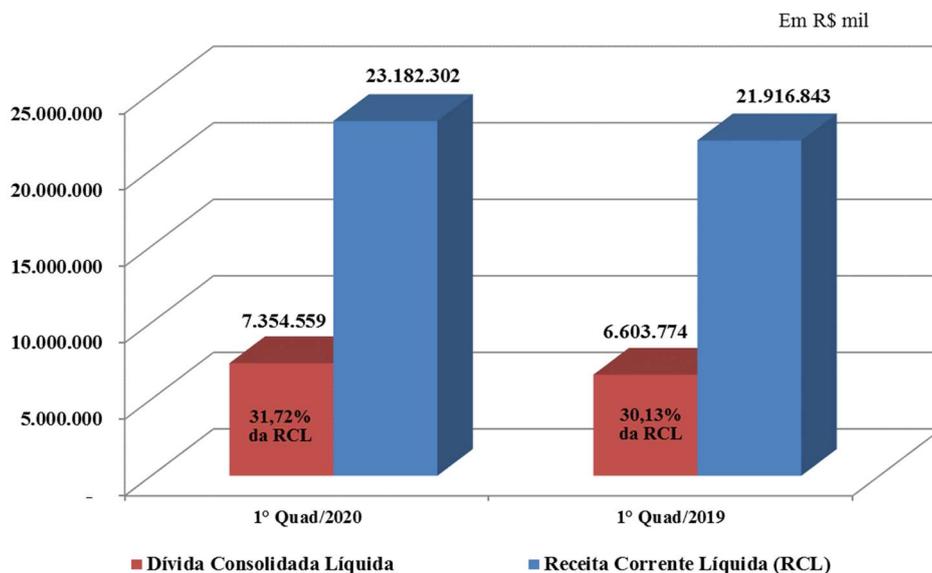
Ao final do primeiro quadrimestre de 2020, a dívida consolidada bruta apresentou saldo de R\$ 9,9 bilhões, sendo R\$ 3,9 bilhões originários da dívida interna, R\$ 1,2 bilhão da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de R\$ 4,7 bilhões.

A tabela, a seguir, demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida. Em 2020, esta relação correspondeu a 31,72%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 200% sobre a RCL, indicando que, sob essa ótica, o DF possui capacidade de endividamento.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		Em R\$ mil	
ESPECIFICAÇÃO	1º Quad/2020	1º Quad/2019	
Dívida Consolidada Bruta	9.884.820	9.066.619	
(-) Deduções	2.530.262	2.462.846	
(=) Dívida Consolidada Líquida	7.354.559	6.603.774	
Receita Corrente Líquida - RCL	23.182.302	21.916.843	
Limite do Senado Federal (200% da RCL)	46.364.603	43.833.686	
% Sobre a RCL	31,72%	30,13%	

FONTE: RGF 1º QUAD/20

O gráfico, a seguir, demonstra a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida no ano de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano de 2019.



6.3 Operações de Crédito

A tabela, a seguir, demonstra o ingresso das receitas com operações de crédito e mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das operações de crédito e a receita corrente líquida, em cumprimento ao art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' da LRF.

Até o primeiro quadrimestre de 2020, esta relação correspondeu a 0,04%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO			Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	8.811	0,04%	
Receita Corrente Líquida	23.182.302		
Limite Definido pelo Senado para Operações de Crédito Internas e Externas	3.709.168	16,00%	

FONTE: RGF 1º QUAD/20

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o primeiro quadrimestre de 2020, o Distrito Federal apresentou uma receita total (exceto intra-orçamentária) realizada de R\$ 7,8 bilhões, contra uma despesa total (exceto intra-orçamentária) liquidada de R\$ 6,7 bilhões. Ou seja, descontadas as receitas e despesas consideradas como dupla contagem, o DF apresentou resultado orçamentário positivo de R\$ 1,1 bilhão no ano.

Dentre as receitas correntes realizadas, destaca-se a receita tributária com uma participação de 73,07%, seguida das Transferências Correntes com 12,00% do total das receitas. O ICMS, com 49,16% da receita tributária realizada, foi o imposto de maior arrecadação. Entre as transferências correntes, destacam-se os recursos do fundo de participação dos estados - FPE e do fundo de participação dos municípios – FPM, no montante somado de R\$ 307,2 milhões. Destacam-se, ainda, as receitas do SUS no valor de R\$ 288,4 milhões e o salário educação no montante de R\$ 261,6 milhões.

Em relação às despesas liquidadas (exceto intra-orçamentárias), o grupo de pessoal e encargos sociais deteve 63,01% de participação no total realizado no período, seguido das outras despesas correntes com 32,72%. A despesa líquida com pessoal do Poder Executivo, para fins de apuração do limite, atingiu o índice de 44,67% da receita corrente líquida e ficou acima do limite de alerta, mas abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF de 46,55%.

Os limites referentes à dívida consolidada líquida e às operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Do ponto de vista do cumprimento dos indicadores de gestão fiscal, disciplinados pela LRF, a tabela, a seguir, apresenta um resumo comparativo dos valores da determinação legal e dos valores apurados, demonstrando os resultados do exercício de 2020.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DOS INDICADORES DE GESTÃO FISCAL
1º QUADRIMESTRE DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo VII

RESUMO DOS INDICADORES FISCAIS	1º QUADRIMESTRE/2020	
	R\$ mil	% da RCL
DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO		
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	10.356.325	44,67%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	11.359.328	49,00%
Limite Prudencial(§ único, art. 22 da LRF)	10.791.361	46,55%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.223.395	44,10%
RESULTADOS FISCAIS	META R\$ mil	APURADO R\$ mil
Resultado Primário (Acima da Linha)	-350.120	288.176
Resultado Nominal (Acima da Linha)	-161.628	-149.794
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ mil	% da RCL
Dívida Consolidada Líquida	7.354.559	31,72%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	46.364.603	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	R\$ mil	% da RCL
Total das Garantias	380.201	1,64%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	5.100.106	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ mil	% da RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	8.811	0,04%
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito Internas e Externas	3.709.168	16,00%
Operação de Crédito por Antecipação de Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito por Antecipação de Receita	1.622.761	7,00%
LIMITES DA EDUCAÇÃO	MÍNIMO	APURADO
MDE	25,00%	23,70%
FUNDEB	804.887	709.366
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	60,00%	85,38%
LIMITES DA SAÚDE	MÍNIMO	APURADO
Aplicação em ações de serviços públicos de saúde	771.214	858.617
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (R\$ mil)	R\$23.182.302	

Fonte: RREO/RGF - 2º Bimestre e 1º Quadrimestre de 2020

Diante do exposto, os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2020. Ressaltando, no entanto, que essa obrigação foi dispensada em razão do Decreto Legislativo nº 2.284 de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Economia